



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2019 -----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezanove, pelas 20h30m, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja

-----ORDEM DO DIA -----

---- **PONTO 1 – Transferência de Competências para o Município de Azambuja** **P 3/P/2019**

---- **PONTO 2 – Transferência de Competências para a CIMLT** **P 4 /P/2019**

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge de Oliveira Lopes, António José Rodrigues, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Ana Paula Marques Moura, Margarida Helena Lages Maia, Pedro Daniel Simões Salazar, em substituição de Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão informando da necessidade de ao abrigo da lei 50 as autarquias terem de se pronunciar acerca da aceitação ou não das competências que o Governo Central lhes delegaria, essa pronúncia ter prazos para ser efetuada, o que justificara a realização da Sessão extraordinária, após o que deu a palavra ao público. -----

--- Interveio a Sra. D. Helena Maciel para colocar as seguintes questões: pagara em abril do ano anterior o direito de superfície de acordo com o Protocolo estabelecido entre a Câmara e a SOCASA, perguntou porque é que o pagamento tinha de ser feito presencialmente e não havia uma referência multibanco associada ao processo, conforme indagara a 23 de abril à Câmara e ainda não obtivera resposta. Perguntou se era possível ter acesso ao Protocolo. Para finalizar e acerca da plataforma da N3 perguntou se seria possível a Câmara publicar no seu site todos os procedimentos e conversações tidas relativos ao processo para que este fosse um processo transparente e que se conhecessem os impasses na segurança e na questão social do concelho. Referiu que fora nomeado um Conselho de Segurança do Município, do qual fazia parte, recebera a informação em maio do ano anterior e ainda não tinha sido convocada para qualquer tipo de reunião e a questão da Água como um bem essencial e que por lei já poderia ser mais cara nos períodos de seca extrema, poderia ser um assunto a debater no mesmo. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que em termos de Conselho de Segurança estava-se a receber a indicação por parte das entidades dos seus representantes após o que se faria a reunião formal da tomada de posse dos membros e a formalização do Conselho. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que o Protocolo era perfeitamente possível de facultar e quanto à resposta que a Sra. não recebera iria ver junto dos serviços. Quanto à Plataforma N3 disse ter tido reuniões com o Secretário de Estado para a remodelação desta via, fora já assinada a Adenda, com a feitura das duas rotundas, assim como da sinalização, por enquanto era o que a Câmara tinha, que o assunto era público estava no site da Câmara. Disse ainda haver dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

dossiers com o processo que a Senhora poderia consultar. Quanto ao aumento da tarifa da água disse não ir acontecer. -----

----- ORDEM DO DIA -----

--- Ponto 1- Transferência de Competências para o Município de Azambuja ----- P 3/P/2019

---O Sr. Deputado José Carlos Matos que à semelhança do que já dissera em Reunião Permanente, criticou o facto de as Propostas apresentadas terem uma linguagem jurídica muito densa, que era complicado a um Deputado saber o conteúdo das Leis nelas referidas e que as Propostas deveriam ter sido instruídas com uma resenha que clarificasse as competências nelas referidas, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que uma das competências eram a gestão de praias. O Município não as tinha, assim como não tinha, jogos de fortuna ou azar, foi combinado que esta competência seria aceite, mas para à posteriori transportar para a CIMLT. Disse que a Promoção Turística seria competência para a CIMLT, quanto às vias de comunicação e outras que a Câmara até queria aceitar, e outras em que já tinha até responsabilidade, fora consenso a sua não aceitação até o Governo especificar com mais rigor em que termos elas ocorreriam, nomeadamente em termos técnicos, financeiros e de recursos humanos. Informou ainda que nessa manhã tivera assim como os restantes Presidentes dos Municípios da CIMLT reunião com os Senhores secretários de Estado das Florestas e Autarquias Locais, aos quais haviam colocado as suas dúvidas. -----

--- O Sr. Deputado Daniel Claro mostrou preocupação com a transferência de competências, e alertou que esta era uma descentralização por via administrativa imposta pelo Governo, sem matéria de negociação. Considerou não haver estrutura que suportasse para já este tipo de descentralização, salientou que as Câmaras tinham capacidade organizativa e financeira diferentes e que sobretudo as Câmaras periféricas em relação aos centros de decisão como a de Azambuja, ficariam prejudicadas num conjunto de questões. Mostrou receio que face a isto pudéssemos ter um País com desenvolvimento a diversas velocidades, por não existir um organismo intermédio que tratasse da equalização entre as diversas regiões e competências. --

--- O Sr. Presidente disse que até ter tido uma reunião na ANMP, estava também tal como o Sr. Deputado deveras preocupado com a situação, assim como todos os Presidentes de Câmara presentes, pelo que decidira uma vez que isso seria possível até junho, aguardar pela publicação de todos os diplomas, de todas as explicações, de ver como é que a situação evoluiria, tal como anteriormente dissera em termos técnicos e financeiros. Para já não se aceitava a delegação de competências, sendo certo que em junho teriam de ser aceites as competências para 2020 e em 2021, quer se quisesse ou não elas passariam automaticamente para as Autarquias. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes que referiu que as preocupações expostas pelo Deputado Daniel Claro, faziam sentido, e que a Delegação de Competências em áreas como a saúde, a educação e a ação social requeriam um olhar muito atento. O processo tinha uma dimensão muito grande, mas faltava-lhe várias peças, os moldes para a descentralização deveriam estar prontos até 2018, a nova Lei das finanças Locais, que em termos financeiros deveria ter sido aprovada até ao final de 2018 por forma a que hoje pudesse ser tomada uma decisão, considerou que já se deveria ter este quadro legislativo aprovado. Lembrou que ficara definido em sede de Orçamento de Estado a existência de um bloco financeiro para acomodar os encargos e responsabilidades financeiras de todas estas transferências e nada existia, para além de todo um conjunto de diplomas sectoriais ainda não aprovados. Disse haver algum atabalhoamento e pressa por parte de quem aprovara pelo que em sua opinião a maior parte das Autarquias com exceção de Lisboa e Porto, estavam e bem a rejeitar a delegação de competências, sem prejuízo de em junho as reapreciarem.-----

--- O Sr. Deputado António Nobre em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente às Propostas a apreciar na Ordem do Dia, disse não acreditar em inevitabilidades, que havia um problema de fundo e que entre outras coisas não percebia como é que por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

exemplo se deixava a manutenção de uma estrada Nacional para os Municípios, onde cada um deles poderia ter uma ideia diferente para o mesma situação. Seria o desconjuntar por uma entidade pública central de uma matéria importante como a rede viária nacional. Quanto à saúde disse que dificilmente acreditaria que a delegação de competências nessa área se ficasse apenas pela limpeza, o que parecia uma brincadeira, devendo existir uma aplicação mais profunda ainda não conhecida. No que concerne à justiça disse concordar que deveria haver alguma coordenação entre o Poder Central e as Autarquias. Considerou que questão de fundo era a regionalização, por concretizar aos anos. Considerou ser necessário regionalizar o País e defendeu a existência de uma autarquia Intermédia, considerando que o que agora se pretendia com esta legislação e a que ainda viria era uma regionalização sub-reptícia e que os Municípios não estavam preparados para tal, não tendo a dimensão adequada para o efeito. Considerou que o Município de Azambuja, como outros, não tinham no momento capacidade de resposta para a transferências agora apresentadas. Referiu que do ponto de vista pragmático o Sr. Presidente fazia bem em não as aceitar no momento, do ponto de vista estratégico que deveria ter tido outra opinião, no entanto informou que o a CDU acompanharia em sentido de voto, a deliberação da Câmara. -----

--- Interveio a Senhora Deputada Inês Louro, que disse considerar pertinente a questão levantada pelo Deputado António Jorge Lopes, da alteração legislativa de fundo que mudaria a forma de trabalhar e da descentralização de tudo o que iria acontecer a nível de Câmaras Municipais e Freguesias. Considerou que a situação era delicada para o PS conquanto a maioria dos Municípios era governada por este partido. Considerou que a decisão tomada pela Câmara de azambuja era a decisão tomada pela maioria dos Municípios, pelas razões já evocadas e que efetivamente com a falta de conteúdos e diplomas, faltava o conhecimento legislativo cabal de toda a implicação que as transferências de competências trariam. Disse que apesar disso não partilhava do pessimismo dos Deputados António Nobre e Daniel Claro, por entender que da parte do Município e do Executivo Municipal haver uma grande preocupação com a matéria, no sentido de se prepararem para o futuro, o que em seu entender era visível no Orçamento aprovado na reunião anterior, onde estava patente o aumento previsto com os encargos com o pessoal e os procedimentos concursais abertos para uma série de técnicos. Referiu á semelhança do que o Sr. Presidente dissera haver muita coisa já assegurada pelo executivo (Bombeiros, Educação, etc.), onde já se fazia muito mais do que aquilo que por Lei era exigido.

--- O Sr. Deputado Daniel Claro, interveio dizendo que aos anos que o estado não respeitava a lei do Orçamento de Estado, e reiterou o que já dissera que considerava que as competências agora delegadas, seriam a porta de entrada para algo de muito mais amplo e estratégico que o que agora em análise e em seu entender era esta a questão de fundo, não aceitando que tal fosse inevitável. Considerou que se trezentos Municípios de todos os partidos políticos recusassem e dissessem claramente que do ponto de vista estratégico ser necessário discutir primeiro um outro conjunto de situações e só depois chegar aqui, qualquer partido no Governo teria de ouvir essa matéria. Para finalizar e por ter sido acusado de pessimismo, perguntou se dos presentes ninguém acharia estranho que a parte da Lei das Finanças Locais e do Fundo para a Descentralização, era o que tinha sido chumbado em termos de OE. Considerou ser de os autarcas se juntarem e fazerem uma contraproposta que fosse além da mera não aceitação, disse ainda ser importante haver um grande debate nacional sobre a matéria. -----

---O Sr. Deputado José Carlos Matos, informou que o CDS votaria favoravelmente a Proposta, mas salientou que a matéria em apreço e a forma como estava a ser tratada, mostrava bem a arrogância do Governo.-----

--- A Sra. Deputada Inês Louro esclareceu que o pessimismo que referira na sua intervenção tinha a ver com o comentário feito da não capacidade do executivo camarário e não com as questões agora colocadas de cautela no tratamento destas matérias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- Uma vez posta a votação a Proposta 3/P/2019 foi aprovada por unanimidade. -----
- O Grupo PSD apresentou a Declaração de voto que se transcreve: -----
- **“DECLARAÇÃO DE VOTO - PROPOSTA N.º 03/P/2019** -----
- *Os eleitos do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Azambuja votaram favoravelmente a PROPOSTA N.º 03/P/2019, porquanto: -----*
- *A proposta tem como objetivo propor à Assembleia Municipal de Azambuja que delibere no sentido de o Município de Azambuja não pretender aceitar, no ano de 2019, a transferência das competências previstas nos diplomas legais nela descritos, situação a comunicar subsequentemente à Direção Geral das Autarquias Locais. -----*
- *As autarquias locais desempenham um papel indispensável no processo de crescimento económico do país e na sua coesão social e territorial. Muito daquilo que Portugal é hoje, deve aos seus autarcas. -----*
- *O Poder Local pode e deve ser progressivamente ampliado e a descentralização prossegue esse fim. -----*
- *O PSD, partido do Poder Local, sempre teve uma visão reformista do Estado assente numa administração pública descentralizada. -----*
- *Com a legitimidade de quem esteve sempre na linha da frente deste processo dinâmico de descentralização e de reforço do Poder Local, o PSD foi na presente legislatura o primeiro partido no Parlamento a convocar as demais forças políticas para este debate, -----*
- *Em nome do interesse nacional, o PSD assinou um acordo genérico com o Governo em torno da descentralização, o qual pressupunha que, até ao final de julho de 2018, o Parlamento aprovasse a Lei-Quadro de Descentralização e uma nova Lei de Finanças Locais. -----*
- *Assim aconteceu. Mas também pressupunha que, em igual período, o Governo aprovasse os decretos-lei sectoriais e os envelopes financeiros associados a cada autarquia com a identificação das verbas por área de competências a transferir, de modo a que estas, até ao dia 15 de setembro de 2018, deliberassem se aceitavam exercer as novas competências no ano de 2019. -----*
- *O Governo não cumpriu a sua parte, Pois, na presente data apenas parte desses diplomas estão promulgados. Ao fim de três anos a Descentralização de competências é uma miragem, -----*
- *De igual modo, o Governo devia ter inscrito no Orçamento do Estado para 2019 os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências, cujos montantes devem constar no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). O Governo também não cumpriu com essa obrigação legal, inscrevendo apenas uma norma, a qual previa que os montantes a transferir para o FFD e os seus reforços fossem assegurados, em 2019, por mero despacho dos membros do Governo. Essa pretensão foi rejeitada, por expressiva maioria, em sede de votação na especialidade da Proposta de Orçamento do Estado para 2019. -----*
- *Em suma, é com fundada preocupação que o PSD assiste aos sistemáticos atrasos do Governo PS que podem comprometer em absoluto a materialização da transferência de novas competências para as autarquias e entidades intermunicipais na presente legislatura.” -----*
- **PONTO 2 – Transferência de Competências para a CIMLT -----P 4 /P/2019**
- o Sr. Presidente da Câmara informou que tal como já havia dito, a CIMLT só iria aceitar no momento os Promoção Turísticos, os Projetos financiados pelos Fundos Europeus e depois com as delegações que os Municípios iriam aceitar para transferir para a CIMLT (jogos de azar e fortuna), todos os outros Dec. Lei não seriam para já recebidos. Referiu saber que muitas bancadas eram “amigas” da Descentralização, pelo que não percebia porque é que não eram “amigas” da Regionalização também, e considerou importante saber o porquê. Se tal tivesse acontecido o País teria certamente um desenvolvimento diferente, menos desertificação, maior proximidade de desenvolvimento das regiões económicas das regiões e do País, contrariamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ao que agora se observava, a desertificação contínua do País, coisa que o pacote legislativo já aprovado e por executar não iria resolver. Considerou que cada Entidade Pública tinha uma forma de ver o País administrativo o que o dividia. -----

---O Sr. Deputado José Carlos Matos informou que acompanharia o sentido de voto do executivo, tal como no anterior ponto. -----

--- o Senhor Deputado António Jorge Lopes, recordou o artigo 256 da Constituição, espelhado no site do Partido comunista, ou seja, que só após o povo português se pronunciar em referendo nacional é que haveriam iniciativas para ao mesma., e o povo português entendera que a mesma não deveria ser institucionalizada em concreto. -----

--- O Sr. Deputado António Nobre lembrou que o referendo já tinha vinte anos e que se calhar estaria na altura de voltar a ser feito e indagou porque é que o PSD não fazia uma proposta nesse sentido. Considerou não ver essa vontade por parte do PSD e do PS, o Governo não previra em matéria de financiamento, nenhuma atribuição para estas competências e provavelmente nem saberia ainda ao certo quanto é que iria custar. -----

--- O Sr. Deputado Daniel Claro, em resposta à anterior questão colocada, disse não ter posto em causa a capacidade do executivo, o que não partilhava era do otimismo por ele revelado no tratar das matérias, por considerar que a estrutura do Município de Azambuja não estivesse preparada para o impacto estratégico que uma série de coisas que aí vinham. -----

--- Continuando disse que ao serem descentralizadas competências para os Municípios, deveriam de ser imediatamente descentralizadas as competentes verbas para que estes possam fazer frente ao que lhe fora imposto, não apenas receber as competências, mas também criar a estrutura que lhes permita enquadrar estrategicamente o que recebem. Relativamente ao documento a ser apreciado, considerou que este levava ao cerne da questão, dizendo que ninguém queria a Regionalização e afinal existe uma estrutura intermédia encapotada à qual o estado e as Autarquias cada vez mais vão atribuindo competências e que não tem o controlo do sufrágio democrático dos cidadãos. Disse que relativamente à CIMLT tinha sérias dúvidas quanto à importância que esta dava ao concelho de Azambuja. Lembrou a arrogância e o desconhecimento que o Sr. Secretário executivo tivera aquando da discussão da N3, e referiu temer que azambuja por ser um concelho periférico, não fizesse parte das preocupações da CIMLT. Considerou ter muita dificuldade de passar competências para a mesma, e que a aceitação pela Câmara relativamente à Promoção Turística e Fundos Comunitários, poderiam não ser benéficos. -----

--- Solicitou formalmente a presença do Senhor secretário executivo da CIMLT na próxima reunião da Assembleia Municipal, para explicar algumas questões, porque a sensação que tinha era que era dada maior atenção aos grandes concelhos da comunidade em detrimento de outros como o de Azambuja. Pelo exposto disse ir votar contra no ponto 2 da Proposta.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as decisões na CIMLT eram tomadas pelos onze Presidentes de Câmara que a compunham, não o secretário executivo, que as forças políticas representadas na CIMLT sempre se tinham dado bem na resolução dos problemas e que a Comunidade Intermunicipal funcionava bem para cada um dos concelhos nela inseridos.

--- Uma vez posta a votação a Proposta 4/P/2019 foi aprovada por unanimidade no seu Ponto 1 e com maioria de 27 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU, 5 do PSD e 1 do CDS) e 1 voto contra do BE no Ponto 2.-----

--- Eram 22 horas e 20 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----